
APRESENTAÇÃO

VOLUME 22, NÚMERO 1, 2023

A Revista da ABET chega ao seu 22º volume, trazendo a público uma gama variada e multidisciplinar de estudos e pesquisas originais. Nesta edição, apresentamos temas e problemas relevantes sobre o mundo do trabalho em diferentes países e em distintas regiões do Brasil.

Os dois primeiros artigos têm como objeto trabalhadores industriais em situação de precariedade e vulnerabilidade na Fronteira Norte do México (caso do estudo de Poliana Garcia Temístocles Ferreira e Rafael Alexandre Mello) e na periferia de Buenos Aires (artigo de Nicolás Dzembrowski). O primeiro analisa os impactos da expansão e consolidação da indústria maquiladora estadunidense no norte mexicano, assim como seus impactos duradouros na baixa remuneração dos trabalhadores, na má qualidade das ocupações e nos movimentos migratórios em direção aos Estados Unidos. Usando dados agregados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e do Instituto Nacional de Geografia e Estatística (INEGI – México), os autores argumentam que, em vez de criar empregos estáveis e promover internamente um ciclo econômico dinâmico, o modelo maquilador está voltado para fora, com a consequente transferência de valor do México para os Estados Unidos. Esse modelo impediria a criação de uma economia doméstica e um mercado de trabalho dinâmicos, estimulando a emigração da força de trabalho.

Já o texto sobre Buenos Aires usa métodos qualitativos e um aporte teórico centrado na teoria sociológica da ação (em particular Alain Touraine, mas também o interacionismo simbólico e a sociologia da experiência de François Dubet) para estudar um polo produtivo constituído por iniciativa governamental na parte noroeste da grande Buenos Aires. Organizado como cooperativa, o polo produz materiais de construção destinados à melhoria da infraestrutura urbana local, e visa também à qualificação profissional de jovens estudantes e trabalhadores pouco qualificados. O estudo mostra como a experiência do polo articula as capacidades do setor público com os saberes e práticas dos sujeitos (trabalhadores) que o compõem, de modo a integrar uma comunidade produtiva (e valores) que, através da fabricação de diversos bens, dá resposta às necessidades de renda e emprego dos setores mais vulneráveis da cidade.

O texto seguinte, de autoria de Ana Luíza Matos de Oliveira, Lilian Nogueira Rolim e Lygia Sabbag Fares, trata do trabalho de cuidado não pago durante a pandemia, numa perspectiva de gênero. A partir de entrevistas online com 455 pessoas (homens e mulheres) durante o período inicial de distanciamento social no Brasil em 2020, as autoras procuraram responder se a quantidade extra de trabalho doméstico e de cuidados – resultante do fato de que a pandemia de covid-19 aumentou o tempo dedicado a essas atividades – elevou a carga sobre as mulheres ou se abriu uma oportunidade para os homens assumirem mais responsabilidades. A partir de um levantamento seletivo, mas judicioso dos resultados de pesquisa em várias partes do mundo, e da análise criteriosa dos dados sobre o Brasil, a investigação confirmou a hipótese inicial de que, como na experiência internacional, a quantidade extra de trabalho doméstico derivada da pandemia foi dividida de forma desigual, aumentando a carga de trabalho doméstico e de cuidados das mulheres.

Na sequência, há o estudo de Antonia Jaine da Silva Pereira e Silvana Nunes de Queiroz sobre a juventude “nem nem” na região metropolitana de Fortaleza. Mobilizando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2015 e da PNAD Contínua de 2019,

as autoras constroem o perfil desses/as jovens para, assim, ajustar um modelo probit a fim de explicar a chance de alguém com idade entre 15 e 29 anos estar nessa condição. A juventude “nem nem” de Fortaleza é predominantemente feminina, de cor parda, tem ensino médio completo ou superior incompleto e vive com os pais em domicílios com rendimento de até meio salário-mínimo per capita. O modelo probit revelou que a escolaridade está negativamente relacionada à probabilidade de se estar nessa condição. E, corroborando o que foi encontrado no perfil individual, o rendimento familiar per capita abaixo de meio salário-mínimo é a variável de maior impacto, reafirmando a vulnerabilidade financeira dos jovens “nem nem”.

O quinto artigo, de autoria de Lucas Ribas Vianna e Gustavo Carvalho Moreira, trata de tema pouco presente nas páginas desta revista, assim como nos estudos do trabalho no Brasil de uma maneira geral, isto é, a relação entre consumo de álcool e rendimentos no mercado de trabalho. Com base nos dados da Pesquisa Nacional da Saúde (PNS) de 2019, fruto de parceria entre a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e tendo como objeto pessoas adultas de 18 a 65 anos já fora da escola, os autores testam duas hipóteses oriundas da experiência internacional. Primeiro, de que o consumo de álcool está positivamente relacionado aos rendimentos do trabalho; segundo, de que o consumo excessivo está negativamente correlacionado. Com uso de equações mincerianas e quantílicas, controlando por um conjunto padrão de variáveis independentes, o estudo confirma as hipóteses da literatura internacional, chamando a atenção, porém, que no primeiro caso, a melhoria de rendimento não é uniforme, sendo mais alta nos quantis superiores da distribuição.

O estudo de Bruna da Penha de Mendonça Coelho e Helio Cannone tem como objeto a obra madura de Francisco José de Oliveira Vianna, um dos grandes pensadores brasileiros da primeira metade do século XX. Analisam obras seminais, como *Problemas de Direito Corporativo*, *Problemas de Direito Sindical* e *Direito do Trabalho e Democracia Social*, do ponto de vista do projeto de Oliveira Vianna para construção do que eles denominam “solidarismo social”. Como bem mostram os autores, a legislação social era justificada por intermédio da necessidade de intervenção estatal para induzir e consolidar uma mentalidade solidarista, que servisse como elemento moral chave para a unidade nacional. Assim também, a sindicalização era considerada instrumento pedagógico de correção do espírito insolidarista do povo brasileiro, a partir de uma ideia conservadora de harmonização de interesses e de criação de consensos entre capital e trabalho, em lugar de elemento de explicitação de conflitos e antagonismos.

Na sequência, este número traz dois artigos sobre o trabalho em plataformas digitais. O primeiro, de autoria de Ana Carolina Gimenes dos Santos, João Batista Pamplona e Maria Cristina Cacciamali, é uma pesquisa exploratória sobre tema muito pouco estudado no Brasil: as plataformas digitais de microtarefas. Por meio de um questionário respondido por 34 trabalhadores brasileiros em empresas, tais quais: Appen, Lionbridge, Microworkers e Crowdworkers, e de entrevistas em profundidade com quatro deles, o estudo visou compreender as condições de trabalho nessas plataformas e identificar possíveis diferenças entre elas. Os autores salientam a flexibilidade de horários e locais de trabalho e as baixas barreiras à entrada, que abrem oportunidades a pessoas excluídas do mercado de trabalho ou que precisam complementar renda. Mas salientam que, embora haja diferenças entre as plataformas, as condições gerais de trabalho se caracterizam por baixa remuneração, instabilidade com relação à disponibilidade de tarefas ou projetos, ausência de proteção jurídica, além da constante pressão implícita nas diversas formas de controle do trabalho.

Já o estudo de Marcelo Pinheiro Nascimento sobre moderadores de conteúdos nas redes sociais (que ele denomina “devoradores de pecados”, evocando conhecida mitologia britânica)

procura trazer à luz esses trabalhadores também invisíveis (como o são os das microtarefas do artigo anterior), cotejando suas condições de trabalho com os parâmetros constitucionais de trabalho digno, como os direitos ao salário-mínimo, à limitação de jornada e à redução de riscos inerentes ao trabalho. Trata-se de estudo de revisão da literatura existente (escassa no Brasil) que conclui que a realidade desses trabalhadores se encontra muito aquém daqueles parâmetros.

O inovador artigo de Fernanda Cavalcante Rangel e Ana Carolina da Cruz Lima sobre os determinantes municipais da escravidão contemporânea no Brasil ajusta modelos econométricos para estimar a probabilidade de existir pessoas resgatadas da condição de trabalho análoga à escravidão em um município qualquer do país. O artigo apresenta, primeiro, uma discussão conceitual sobre trabalho forçado e degradante, oferecendo, em seguida, um panorama geral e muito bem documentado da escravidão contemporânea no Brasil. Depois, com base em dados do Ministério Público do Trabalho e do Atlas do Desenvolvimento Humano do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), as autoras encontram que municípios com baixa renda per capita, baixa escolaridade, elevada taxa de desigualdade e maior população rural, isto é, municípios com maior vulnerabilidade socioeconômica (e, provavelmente, institucional), tendem a apresentar quantidade mais expressiva de indivíduos resgatados de condições de trabalho análogas à escravidão. Uma vez mais, trata-se de estudo que aborda tema muito pouco estudado no Brasil.

Gabriella Rodrigues Rocha e Daniela Verzola Vaz investigam a hipótese da possível polarização do emprego no mercado de trabalho brasileiro, em razão da adoção das novas tecnologias digitais pela indústria de transformação, com foco na distribuição de habilidades ocupacionais. Com base nos microdados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), as autoras calculam o Índice de Intensidade de Atividades Rotineiras (RTI) para os anos de 2003, 2013 e 2018, além de ajustarem um modelo multinomial para identificar as variáveis que influenciam a probabilidade de desempenhar tarefas rotineiras, manuais ou abstratas. Encontram que a maioria dos grandes grupos ocupacionais da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) apresenta valores negativos de RTI, indicando que os empregos se encontram polarizados. Porém, entre 2003 e 2018, a intensificação da polarização foi baixa. Os resultados do logit multinomial apontam que as chances de desempenhar tarefas abstratas aumentam quando o trabalhador tem ensino superior, acumula mais experiência profissional e trabalha em empresas de médio porte.

O trabalho acadêmico dos e das bolsistas de pós-graduação no Brasil é o objeto do artigo de Camila Ribeiro de Almeida Rezende e Camila Sailer Rafanhim. Numa etnografia digital de discursos produzidos em redes sociais selecionadas, com forte ancoragem na sociologia das emoções, as autoras estão atentas à construção social de uma imagem distorcida do cientista (em particular, os pós-graduandos assistentes de pesquisa) como alguém que “não trabalha” e da ciência como algo “não confiável”. Assim, procuram refletir como o neoliberalismo estrutura esse imaginário – simbólica, emocional e materialmente – e como interfere nas esferas do direito e da cidadania. Num alerta, sustentam que os “bolsistas de pós-graduação, não temos confiança, segurança e condições jurídicas para defender na esfera microssocial que o que fazemos é trabalho, pois não somos reconhecidos pelo meso e pelo macro enquanto trabalhadores”.

Laura Senna Ferreira apresenta resultados de pesquisa junto a assalariados do segmento de Tecnologia da Informação de Santa Maria (RS). Empregando metodologias qualitativas variadas, a investigação analisou as trajetórias formativa e profissional, as condições de trabalho, as formas de gestão, as divisões sociotécnicas e as clivagens no segmento, bem como os valores do coletivo profissional expressos, em grande medida, nas noções de empreendedorismo e empregabilidade.

Tays Torres Ribeiro das Chagas e Raoni Rocha Simões apresentam resultados de pesquisa com artesãos da pedra sabão da região de Ouro Preto, Minas Gerais. O objetivo foi compreender o que motiva esses artesãos a perpetuar essas atividades, mesmo sob condições adversas de trabalho, tais como longas jornadas de trabalho, condições adversas sem proteção adequada contra as intempéries e doenças relacionadas às atividades desenvolvidas. Foram realizadas observações no cotidiano de trabalho e duas fases de entrevistas. Na primeira, o objetivo foi compreender a construção dos saberes e do *modus operandi* artesanal, bem como as dificuldades vividas e as formas de enfrentá-las. Na fase seguinte, procurou-se compreender em que medida o trabalho artesanal na pedra sabão é uma escolha. Para isso, foi necessário entender o movimento de saída e retorno dos artesãos às atividades em pedra sabão, movimento cíclico que se repete a cada nova geração e que se relaciona com o desejo de continuar nesse labor, tendo no processo de aprendizagem um fator central para o sentimento de pertencimento à localidade, ao ofício e à própria pedra sabão.

O artigo de Alanna Santos de Oliveira e Ester William Ferreira traz resultados de pesquisa baseada na PNAD Contínua (de 2012 a 2020) e na RAIS (comparando os anos de 2010 e 2019) sobre a relação entre gênero, raça e trabalho na cidade de Uberlândia, Minas Gerais. Dentre outras coisas, o estudo busca reforçar o reconhecimento da persistência das desigualdades de gênero, que assume novas formas com o passar do tempo. A pesquisa encontrou maiores taxas de desemprego e subutilização para as mulheres (especialmente para as negras), maior taxa média de afazeres domésticos e cuidado de pessoas, maior presença feminina (e negra) no trabalho doméstico remunerado, menores salários, continuidade da segregação setorial, entre outros achados que atestam a persistência das desigualdades tanto no país quanto no município de Uberlândia.

O número termina com a resenha do livro *Dinâmicas da economia solidária no Brasil: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas*, organizado por Sandro Pereira da Silva e publicado pelo IPEA em 2020. A resenha é de autoria de Camila Amaral e apresenta um apanhado dos dezesseis capítulos do livro, que abrangem desde o histórico da temática da economia solidária e sua construção no Brasil até as transformações no presente e as imbricações no cotidiano da sociedade e na agenda governamental por meio da análise de diversas bases de dados e pesquisas de abrangência nacional.

Boa leitura!

Adalberto Cardoso

Ana Paula F. D'Avila

Maria Aparecida Bridi

Patrícia Vieira Trópia